



289  
AP

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

*Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti*

---

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**AGRAVO Nº 0001158-57.2014.8.17.000 (0326336-1)**

**AGRAVANTE(S): ESTADO DE PERNAMBUCO**

**AGRAVADO(S): SUCILENE ENGLER WERLE**

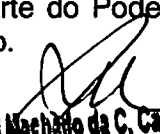
**RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI**

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ SUBSTITUTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. REVISÃO DO CRITÉRIO DE CORREÇÃO DE PROVAS. CONTROLE JURISDICCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. MÉRITO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. AGRAVO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

- Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo Estado de Pernambuco em face da decisão de fls. 213/214v, a qual determinou a participação de agravada nas etapas seguintes do concurso público de Juiz Substituto do Estado de Pernambuco e, caso aprovada, a reserva de sua vaga até o julgamento definitivo da presente ação.

- Alega o recorrente, que a agravada ajuizou ação contra ato consubstanciada na correção de sua prova de sentença cível, por não ter obtido a nota mínima exigida para continuar nas fases seguintes do concurso. Afirma ainda que a recorrida, apesar de ressaltar na exordial da ação ordinária que não pretende atacar o mérito do ato administrativo, é exatamente o que faz ao pleitear novo debate dos pontos da prova de sentença cível e postular, ao final, a atribuição da nota mínima. Assevera, em síntese, que ao Poder Judiciário somente caberia sindicat a atuação administrativa que comete uma ilegalidade ou um ato abusivo. E que não cabe ao Poder Judiciário, substituindo à Administração Pública, anular questões do concurso e atribuir a um determinado candidato uma nota, porque esses elementos, além de representarem o mérito administrativo, são garantidores da igualdade de participação de todos no certame.

- Percebe-se, portanto, que a grande insurgência da agravada diz respeito aos critérios de correção e atribuição de nota de sua prova de sentença cível. Pois bem, do princípio fundamental da hermenêutica, segundo o qual, onde a norma não restringe, não cabe ao intérprete fazê-lo, devemos atinar que os critérios de avaliação são estabelecidos pela própria Administração, em juízo de mérito administrativo, e sobre eles apenas é cabível por parte do Poder Judiciário o controle de sua legalidade, o que não é o caso.

  
Rafael Machado da C. Cavalcanti  
Desembargador

- Neste sentido, colaciono julgados do STF e STJ: CONCURSO PÚBLICO. PROCURADOR DA REPÚBLICA. PROVA OBJETIVA: MODIFICAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR. REPROVAÇÃO DE CANDIDATA DECORRENTE DA MODIFICAÇÃO DO GABARITO. ATRIBUIÇÕES DA BANCA EXAMINADORA. MÉRITO DAS QUESTÕES: IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO JUDICIAL. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. RECURSO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. A modificação de gabarito preliminar, anulando questões ou alterando a alternativa correta, em decorrência do julgamento de recursos apresentados por candidatos não importa em nulidade do concurso público se houver previsão no edital dessa modificação. 2. A ausência de previsão no edital do certame de interposição de novos recursos por candidatos prejudicados pela modificação do gabarito preliminar não contraria os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. 3. Não cabe ao Poder Judiciário, no controle jurisdicional da legalidade, substituir-se à banca examinadora do concurso público para reexaminar os critérios de correção das provas e o conteúdo das questões formuladas (RE 268.244, Relator o Ministro Moreira Alves, Primeira Turma, DJ 30.6.2000; MS 21.176, Relator o Ministro Aldir Passarinho, Plenário, DJ 20.3.1992; RE 434.708, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, DJ 9.9.2005) (STF. MS 27260, Relator: Min. CARLOS BRITTO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. CARMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 29/10/2009, DJe-055 DIVULG 25-03-2010 PUBLIC 26-03-2010 EMENT VOL-02395-02 PP-00454 RTJ VOL-00216- PP-00332) CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO: PROVAS: REVISÃO. I. - Não cabe ao Judiciário, no controle jurisdicional do ato administrativo, valorizar o conteúdo das opções adotadas pela banca examinadora, substituindo-se a esta, mas verificar se ocorreu ilegalidade no procedimento administrativo, apenas, dado que, se as opções adotadas pela banca foram exigidas de todos os candidatos, todos foram tratados igualmente. II. - R.E. não conhecido (STF. RE 140242, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. CARLOS VELLOSO, Segunda Turma, julgado em 14/04/1997, DJ 21-11-1997 PP-60598 EMENT VOL-01892-03 PP-00464) ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. IMPUGNAÇÃO A QUESTÃO DE PROVA. CONTROLE JURISDICIONAL. POSSIBILIDADE. MATÉRIA QUE TINHA PREVISÃO NO EDITAL. PEDIDO ALTERNATIVO PARA RECONHECIMENTO DE ERRO MATERIAL NA CONTAGEM DE PONTOS. INOVAÇÃO. 1. Nas demandas que discutem concurso público, a atuação do Poder Judiciário limita-se ao exame da legalidade do certame, vedada a apreciação dos critérios utilizados pela banca examinadora para formulação de questões e atribuição das notas aos candidatos, sob pena de indevida incursão no mérito administrativo. Precedentes. 2. O exame atento da questão impugnada, cuja anulação se objetiva no writ, evidencia que o assunto suscitado envolvia exclusivamente a legislação federal citada no conteúdo programático, sendo desnecessária incursão na Lei Estadual n. 15.340/2006. Ilegalidade afastada. 3. Descabe apreciar, em sede de recurso ordinário, questões não articuladas na inicial do mandado de segurança e não debatidas na instância de origem, sob pena de violação do princípio tantum devolutum quantum appellatum. 4. Recurso ordinário a que se nega provimento. (STJ. RMS 28.374/PR, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 03/03/2011, DJe 14/03/2011).

- Acresço que, o Presidente deste Egrégio Tribunal de Justiça, em decisão lançada no Recurso de Agravo nº 02639699-1/04, julgado pela Corte Especial considerou que " ... *omissis...* não cabe ao Poder Judiciário, a teor da jurisprudência consolidada no STJ e STF, no controle jurisdicional da legalidade, substituir a banca examinadora de concurso publico para reexaminar os critérios de correção de prova e o conteúdo das questões formuladas. Além de entender que não é o caso de se invocar na espécie violação ao princípio da isonomia, já que todos os candidatos foram tratados igualmente. Nessa toada entendeu presente o requisito da grave lesão à ordem pública, caracterizada pelo desrespeito ao princípio da segurança jurídica, nos termos do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal de 1988....*omissis...*"

**-Recurso de agravo provido. Decisão unânime.**

  
Rafael Machado de C. Cavalcanti  
Desembargador

290  
70

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento nº 0001158-57.2014.8.17.0000 (0326336-1), em que figuram como agravante o ESTADO DE PERNAMBUCO e como agravada SUCILENE ENGLER WERLE

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em conhecer, e dar provimento ao recurso, na conformidade do voto do Relator, que devidamente revisito e rubricado, passa a integrar este julgado.

Recife, 06 de 06 de 2014.

  
Des. Rafael Machado de Cunha Cavalcanti  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**  
**Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti**

---

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**AGRAVO Nº 0001158-57.2014.8.17.000 (0326336-1)**

**AGRAVANTE(S): ESTADO DE PERNAMBUCO**

**AGRAVADO(S): SUCILENE ENGLER WERLE**

**RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo de Instrumento, interposto contra decisão interlocutória que deferiu parcialmente a tutela antecipada pretendida para garantir a participação da agravada nas demais fases do concurso para provimento do cargo de juiz substituto do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, devendo concomitantemente, a Comissão do Concurso para provimento de Cargo de Juiz Substituto do Poder judiciário do Estado de Pernambuco proceder, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da intimação, com novo julgamento do recurso administrativo interposto pela candidata-agravada, e , após a correção da prova, em caso de obtenção da nota mínima exigida para aprovação na prova de sentença cível, seja-lhe aberto prazo para inscrição definitiva, realizada a análise de seus títulos, investigação social e demais trâmites, culminando em sua participação na prova oral e, por fim, se aprovada nesta última etapa, seja concedida a reserva de sua vaga.

Alega que a agravada ajuizou ação contra ato consubstanciada na correção de sua prova de sentença cível, por não ter obtido a nota mínima exigida para continuar nas fases seguintes do concurso.

Afirma ainda que a recorrida, apesar de ressaltar na exordial da ação ordinária que não pretende atacar o mérito do ato administrativo, é exatamente o que faz ao pleitear novo debate dos pontos da prova de sentença cível e postular, ao final, a atribuição da nota mínima.

Assevera, em síntese, que ao Poder Judiciário somente caberia sindicatar a atuação administrativa que comete uma ilegalidade ou um ato abusivo. E que não cabe ao Poder Judiciário, substituindo à Administração Pública, anular questões do concurso e atribuir a um determinado candidato uma nota, porque esses elementos, além de representarem o mérito administrativo, são garantidores da igualdade de participação de todos no certame.

Requeru, liminarmente, a atribuição de efeito suspensivo na presente recurso, a fim de suspender a execução da decisão agravada.

No mérito, pleiteia o seu provimento para que seja reformada a decisão impugnada e revogada a liminar deferida.

Liminarmente foi apreciado e negado o pedido de efeito suspensivo ao presente recurso, com apresentação de contrarrazões às fls. 233/248, seguido de pedido de reconsideração às fls. 250/271.

  
Rafael Machado da C. Cavalcanti  
Desembargador

À Douta Procuradoria de Justiça Cível, houve manifestação pelo provimento do recurso com desconstituição da tutela antecipada concedida no Juízo de piso.

É o relatório. Remeta-se à pauta.

Recife, 07 de 05 de 2014

  
Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
**Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti**

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**AGRAVO Nº 0001158-57.2014.8.17.000 (0326336-1)**

**AGRAVANTE(S): ESTADO DE PERNAMBUCO**

**AGRAVADO(S): SUCILENE ENGLER WERLE**

**RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI**

**VOTO**

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo Estado de Pernambuco em face da decisão de fls. 213/214v, a qual determinou a participação de agravada nas etapas seguintes do concurso público de Juiz Substituto do Estado de Pernambuco e, caso aprovada, a reserva de sua vaga até o julgamento definitivo da presente ação.

De logo me pronuncio sobre o pedido de reconsideração formulado às fls. 250/271 dos autos, rejeitando-o e mantendo os termos da decisão de fls. 223/226.

Versa a lide em apreço acerca da reprovação de candidata em decorrência da ausência de alcance da nota mínima na prova de sentença cível.

Conforme se infere dos autos, a ora agravada submeteu-se ao concurso público de provas e títulos para o cargo de Juiz de Direito Substituto do Tribunal de Justiça de Pernambuco, tendo sido eliminada do certame por não obter a nota mínima em sua prova de sentença cível, conforme o item 2.1, Capítulo VII, do Edital nº 01/2012.

Percebe-se, portanto, que a grande insurgência da agravada diz respeito aos critérios de correção e atribuição de nota de sua prova de sentença cível.

Pois bem, do princípio fundamental da hermenêutica, segundo o qual, onde a norma não restringe, não cabe ao intérprete fazê-lo, devemos atinar que os critérios de avaliação são estabelecidos pela própria Administração, em juízo de mérito administrativo, e sobre eles apenas é cabível por parte do Poder Judiciário o controle de sua legalidade, o que não é o caso.

Neste sentido, colaciono julgados do STF e STJ:

**CONCURSO PÚBLICO. PROCURADOR DA REPÚBLICA. PROVA OBJETIVA: MODIFICAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR. REPROVAÇÃO DE CANDIDATA DECORRENTE DA MODIFICAÇÃO DO GABARITO. ATRIBUIÇÕES DA BANCA EXAMINADORA. MÉRITO DAS QUESTÕES: IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO JUDICIAL. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. RECURSO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.**

  
Rafael Machado da C. Cavalcanti  
Desembargador

1. A modificação de gabarito preliminar, anulando questões ou alterando a alternativa correta, em decorrência do julgamento de recursos apresentados por candidatos não importa em nulidade do concurso público se houver previsão no edital dessa modificação.

2. A ausência de previsão no edital do certame de interposição de novos recursos por candidatos prejudicados pela modificação do gabarito preliminar não contraria os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

3. Não cabe ao Poder Judiciário, no controle jurisdicional da legalidade, substituir-se à banca examinadora do concurso público para reexaminar os critérios de correção das provas e o conteúdo das questões formuladas (RE 268.244, Relator o Ministro Moreira Alves, Primeira Turma, DJ 30.6.2000; MS 21.176, Relator o Ministro Aldir Passarinho, Plenário, DJ 20.3.1992; RE 434.708, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, DJ 9.9.2005) (STF. MS 27260, Relator: Min. CARLOS BRITTO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 29/10/2009, DJe-055 DIVULG 25-03-2010 PUBLIC 26-03-2010 EMENT VOL-02395-02 PP-00454 RTJ VOL-00216- PP-00332)

**CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO: PROVAS: REVISÃO.**

I. - Não cabe ao Judiciário, no controle jurisdicional do ato administrativo, valorizar o conteúdo das opções adotadas pela banca examinadora, substituindo-se a esta, mas verificar se ocorreu ilegalidade no procedimento administrativo, apenas, dado que, se as opções adotadas pela banca foram exigidas de todos os candidatos, todos foram tratados igualmente.

II. - R.E. não conhecido (STF. RE 140242, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. CARLOS VELLOSO, Segunda Turma, julgado em 14/04/1997, DJ 21-11-1997 PP-60598 EMENT VOL-01892-03 PP-00464)

**ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. IMPUGNAÇÃO A QUESTÃO DE PROVA. CONTROLE JURISDICIONAL. POSSIBILIDADE. MATÉRIA QUE TINHA PREVISÃO NO EDITAL. PEDIDO ALTERNATIVO PARA RECONHECIMENTO DE ERRO MATERIAL NA CONTAGEM DE PONTOS. INOVAÇÃO.**

1. Nas demandas que discutem concurso público, a atuação do Poder Judiciário limita-se ao exame da legalidade do certame, vedada a apreciação dos critérios utilizados pela banca examinadora para formulação de questões e atribuição das notas aos candidatos, sob pena de indevida incursão no mérito administrativo. Precedentes.

  
Rafael Machado da C. Cavalcanti  
Desembargador

292  
70

2. O exame atento da questão impugnada, cuja anulação se objetiva no writ, evidencia que o assunto suscitado envolvia exclusivamente a legislação federal citada no conteúdo programático, sendo desnecessária incursão na Lei Estadual n. 15.340/2006. Ilegalidade afastada.

3. Descabe apreciar, em sede de recurso ordinário, questões não articuladas na inicial do mandado de segurança e não debatidas na instância de origem, sob pena de violação do princípio *tantum devolutum quantum appellatum*.

4. Recurso ordinário a que se nega provimento. (STJ. RMS 28.374/PR, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 03/03/2011, DJe 14/03/2011).

Acresço que, o Presidente deste Egrégio Tribunal de Justiça, em decisão lançada no Recurso de Agravo nº 02639699-1/04, julgado pela Corte Especial considerou que " ... *omissis... não cabe ao Poder Judiciário, a teor da jurisprudência consolidada no STJ e STF, no controle jurisdicional da legalidade, substituir a banca examinadora de concurso publico para reexaminar os critérios de correção de prova e o conteúdo das questões formuladas. Além de entender que não é o caso de se invocar na espécie violação ao princípio da isonomia, já que todos os candidatos foram tratados igualmente. Nessa toada entendeu presente o requisito da grave lesão à ordem pública, caracterizada pelo desrespeito ao princípio da segurança jurídica, nos termos do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal de 1988....omissis...*"

Diante de todo exposto, voto pelo **PROVIMENTO** do presente recurso, para que seja reformada a decisão recorrida e revogada a tutela antecipada concedida .

Recife, 06 de 06 de 2014

  
Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti  
Relator